



Da crise econômica iniciada em 2007 às reações populares de 2011. Historiador, economista e professor da USP, Osvaldo Coggiola, que também é 3º Vice-Presidente do Andes-SN, faz uma análise conjuntural internacional dos últimos anos. Acompanhe! **Página 6 e 7.**



Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES - SN

Fotos: Divulgação/Andes-SN

Três pautas geraram controvérsias entre os 177 participantes da **56ª edição do Conad**: o Plano de Lutas dos Setores, a pendência da Carta Sindical do Andes-SN e a aprovação da campanha “10% do PIB para a Educação Pública, Já!”. Confira na **página 5.**



Aniversário

**Museu
Amazônico
comemora
20 anos**

Espaço típico de visitação, o Museu da Ufam revela-se também local para pesquisas e atividades culturais. **Página 11**



Consuni adia discussões do NIT

Pedido de vistas do processo, solicitado pela conselheira Andrea Viviana Waichman, professora do ICB, deixa a pauta da Política de Inovação Tecnológica da Ufam para outra reunião extraordinária do Conselho Universitário. Com isso, os professores terão mais tempo para refletir sobre a proposta, como fez a Adua, ao apresentar documento sobre o tema. **Página 3.**

PL 220/2010

Docentes criticam projeto de lei que altera LDB

Além dos professores, entidades representativas da categoria classificaram de “retrocesso” proposta do Senado de desobrigar as Instituições de Ensino Superior

(IES) de contratar mão-de-obra qualificada com mestrado e doutorado. O assunto volta à pauta do Congresso Nacional no início do mês de agosto. **Página 9.**

Editorial

Este mês o movimento docente se deparou com dois grandes momentos: um, nacional, com a realização do 56º Conad; outro, local, com a polêmica no Consuni sobre a proposta de Política de Inovação Tecnológica da Ufam.

No primeiro, os docentes se envolvem com três temas básicos: o plano de lutas dos setores e a avaliação da análise das greves (há universidades estaduais em greve; possível greve nas federais); a pendência da Carta Sindical do Andes-SN; e a campanha por recursos imediatos na ordem de 10% do PIB para a educação. Em todos eles, nossos representantes participaram decisivamente e manifestam aqui suas impressões e análises dizendo que a categoria docente está consciente das decisões que tomou frente à difícil conjuntura vivida pelas universidades brasileiras hoje. (leia nas pág. 4 e 5).

No segundo, o embate foi bastante incisivo por conta do alerta da Adua de que a proposta da política da Ufam está integralmente ajustada à Lei de Inovação Tecnológica, diferente do que foi exposto na reunião pela dirigente do NIT – que integra a política –, já demonstrando existirem contradições. No mesmo instante, a Adua chamou a atenção para que o debate, com mais profundidade, ocorreria melhor no Congresso Estadual a se dar em setembro próximo. Os debates passaram a ser intensos, demonstrando a fragilidade de informações por parte dos conselheiros e fazendo com que fosse retirado de pauta por pedido de vistas. Todas as informações sobre o ocorrido e trechos do documento da Adua você encontra na página 3.

Outro trunfo desta edição é a reprodução da entrevista, nas páginas centrais, com o professor Osvaldo Coggiola, da USP, e 3º vice-presidente do Andes-SN, publicada originalmente na “Caros Amigos”, quando sua capacidade de historiador e economista se revela na análise de conjuntura que realiza dos rumos mundiais. Coggiola também deixa transparecer as motivações que teve em sua trajetória política na Argentina, quando suas posições marxistas ganharam corpo e forma, contribuindo para sua formação de intelectual docente. Aproveite e se deleite com as revelações!

Destaque também é a reportagem sobre o PL que desobriga as universidades a contratarem docentes sem a titulação de mestre ou doutor. Essa medida, caso venha a se concretizar, afetará sobremaneira a qualidade das universidades, principalmente as públicas, que realizam efetivamente o tripé da educação superior (ensino, pesquisa e extensão) já sofrendo toda sorte de dificuldades. Na avaliação dos professores consultados, a medida virá fragilizar ainda mais o ensino superior no país e representa a força do lobby das universidades particulares. Leia (pág. 9) e tire as suas próprias conclusões.

Por fim, convidamos a ler os artigos desta edição. Na pág. 8, sobre o debate acerca dos procedimentos corretos no tratamento da aposentadoria de servidores públicos e demais trabalhadores; na pág. 12, sobre os bastidores da política internacional dos países ocidentais para com as transformações no Oriente Médio, na tentativa de manipular o Islã como estratégia geopolítica.

Até o próximo mês!

Notas

Avanços no processo 3,17%

Depois de várias discussões a respeito de cálculos, impugnação de correções, interposição de recursos e quase dez anos de espera, parece que o desenrolar do Processo de Execução 2006.5067-5, mais conhecido como “3,17%”, está avançando. A novidade, informada pela Assessoria Jurídica da Adua, é que a requisição de pagamento para um primeiro grupo de dez professores está pronta, com cópia disponível na sede da Associação dos Docentes. Agora é esperar que a 3ª Vara da Justiça Federal solicite ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região o pagamento, cujo depósito deve ser feito num prazo de até 60 dias. Em outras palavras, se houver agilidade do judiciário, o primeiro grupo de professores deve receber até o fim do ano. Mas, nem todos deram a mesma sorte: outros 85 grupos precisam ainda aguardar o esgotamento das possibilidades de discussão de valores para receber.

MP travestida de PL

Não satisfeito com a derrota da Medida Provisória que criava a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) no Senado Federal, o Governo resolveu ressuscitar o conteúdo da MP 520, enviando ao Congresso Nacional o PL 1749/2011, que promove a mesma criação: uma empresa pública, mas de direito privado, para administrar os Hospitais Universitários (HUs). O projeto de lei

foi encaminhado no último dia 5, em regime de urgência, e mostra que o alto escalão da presidente Dilma não vai desistir da ideia de privatizar, cada vez mais, a universidade pública. O PL 1749 tem de ser apreciado num prazo de até 45 dias, ou seja, deve ser votado até o fim do mês de agosto tanto pela Câmara como pelo Senado. Até lá, o ANDES-SN e outros sindicatos nacionais pretendem fazer mais pressão para “derrubar” o PL. No 56º CONAD ficou claro: esse projeto fere profundamente a autonomia universitária, afronta os princípios da academia e entrega a rede de hospitais universitários aos interesses privados.

Servidores mantêm luta por melhorias

Os técnicos administrativos da Ufam mantêm o posicionamento crítico contra as injustiças do governo para com os trabalhadores. Após o Comando Nacional de Greve apontar para a finalização da greve da categoria, os comandos locais deram o tom dos debates e votaram a favor de sua manutenção. Atualmente, cerca de 50 instituições de ensino superior encontram-se em greve, sendo a Ufam uma delas. Mesmo após a reunião entre o Ministério de Planejamento e representantes de entidades sindicais ter resultado em frustração, sem uma avaliação real da situação por parte do governo, os servidores se mantiveram firmes. Na Ufam, por exemplo, já aconteceram assembleias em frente à

reitoria e no HUGV, no último dia 28, além de mobilizações tanto em Manaus como nas unidades do interior. A luta parece longe de acabar, mas os servidores não parecem querer abrir mão de seus direitos tão facilmente.

Protesto é sucesso na web

A professora do Rio Grande do Norte, Amanda Gurgel, ficou famosa no Brasil por meio da internet ao fazer um discurso para os políticos do seu estado. No vídeo, que teve mais de um milhão de acessos, questiona como os deputados não se constroem em pagar a ela. E a outros professores, a quantia de R\$ 930 reais para “salvar o mundo” através da educação sem apresentar a eles o mínimo de recursos para trabalharem. Além da quantidade de acessos, Amanda Gurgel virou notícia na mídia televisiva – apareceu inclusive no programa Domingão do Faustão, além de ser escolhida para receber, da organização Pensamento Nacional de Bases Empresariais (PNBE) o prêmio “Brasileiros de Valor 2011” e que ela rejeitou. Na carta ela diz que: “Minha luta é outra. Não quero que nenhum centavo seja dirigido para organizações que se autodenominam amigas ou parceiras da escola, mas que encaram estas apenas como uma oportunidade de marketing ou, simplesmente, de negócios e desoneração fiscal”, disse categórica. “Espero que tudo isso sirva para debatermos a privatização do ensino e o papel de organizações”, complementou.

Entidades se reúnem em mobilização

Em Manaus, o Dia Nacional de Paralisação dos Servidores Públicos Federais, realizado no dia 5 de julho, reuniu mais de 250 pessoas em frente à Ufam, com o acesso ao Campus Universitário parcialmente bloqueado das 08h às 16h. O ato, promovido pela Adua e Sintessam, foi marcado pela adesão de várias categorias profissionais, entre elas os sindicatos dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Amazonas (Sindsep/AM), dos Trabalhadores dos Correios (Sintect), dos Sociólogos do Estado do Amazonas (Sindsocio) e da Associação dos Servidores do IBGE (ASSIBGE). Entre os principais pontos de reivindicação dos docentes estão a aprovação do Plano de Carreira e a Política Salarial 2011. “Estamos lutando há cinco anos pela valorização dos servidores e sem ter uma resposta efetiva do governo federal. Precisamos dar um basta nessa situação”, disse o presidente da Adua, Antônio Neto. Somaram forças também os movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Alternativo dos Estudantes da Ufam e Educar para Cidadania.

charge



O jornal da **adua** é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.
Diretoria: Antônio (Neto) Pereira de Oliveira (presidente), Ronney da Silva Feitoza (1º vice-presidente), Tharciso Santiago Cruz (2º vice-presidente), José Alcimar de Oliveira (1º secretário), Lucas Milhomens Fonseca (2º secretário), José Humberto Michiles (1º tesoureiro) e Luiz Fábio Silva Paiva (2º tesoureiro).
Jornalista responsável: Antônio José (Tomzé) Vale da Costa (DRT/AM 286)
Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Lídia Ferreira (SRTE-AM 398) e Susy Freitas (estagiária)

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)
Fotografias: Anderson Vasconcelos e Lídia Ferreira
Impressão: Gráfica Ampla. 2000 exemplares.
Fone/Fax: (92) 3088-7009/3305-4103
e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com (Imprensa)
Endereço: avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas. Site: www.adua.org.br

Pedido de vistas

Consuni adia discussão sobre a Política de Inovação Tecnológica da Ufam

Foto: Lídia Ferreira

Convocado em caráter extraordinário, a pauta do Conselho Universitário da Universidade Federal do Amazonas (Consuni/Ufam) para discutir a Política de Inovação Tecnológica e os rumos do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da instituição, expresso no processo nº 011/2011, foi adiada sob pedido de vistas do processo. A reunião ocorreu na manhã do último dia 29 de julho.

O pedido foi solicitado pela conselheira Andrea Viviana Waichman, professora do Instituto de Ciências Biológicas (ICB). A docente alegou a necessidade de ampliar as discussões para contemplar o maior número de propostas apresentadas pelos conselheiros. “Não tivemos como discutir os rumos dessa política de forma mais concreta, precisamos elaborar um documento mais completo para que a Ufam cresça no quesito de inovação tecnológica”, explica.

Antes do pedido de vistas, contudo, houve uma votação para transferir a pauta da reunião para o Congresso Estatuinte. A indicação foi feita pelo conselheiro representante da Adua, presidente Antônio Neto, que na reunião leu um documento analítico sobre as bases que sustentam a proposta

de Política de IT, calcada na Lei de Inovação Tecnológica do governo federal, reafirmando como suas premissas subjagam a pesquisa e a inovação tecnológica das universidades públicas à lógica do mercado. Dada a importância do assunto, concluiu a leitura apontando o espaço do Congresso Estatuinte, previsto para acontecer no final de setembro, como o cenário correto das discussões.

Durante a reunião, a Adua apresentou sua posição sobre a Lei de Inovação Tecnológica e o NIT

Além disso, solicitou da administração da Ufam um inventário das áreas e cursos onde a parceria com a iniciativa privada ocorre na universidade e qual tem sido o retorno socioeconômico para a instituição e para a sociedade. “O estatuto direciona os rumos

da universidade e as políticas de Inovação Tecnológica fazem parte de um ponto essencial para o crescimento da instituição. Estamos vivendo uma realidade em que o governo está bancando a iniciativa privada nesta área. Isso tem que mudar”, ressaltou o



O presidente da Adua, Antonio Neto, apresentou e leu o documento na íntegra

presidente da Adua.

A sugestão foi negada por 21 votos contra e 15. O professor Marcelo Guimarães, da unidade de Benjamin Constant, informou que, nas unidades do interior, os seminários de preparação para a construção das políticas

de inovação tecnológica, organizadas pelo próprio NIT, foram superficiais. “Os encontros foram esvaziados, houve pouca participação da comunidade acadêmica. Como podemos, então, entender as necessidades dessas áreas mais distantes?”, questionou.

Principais pontos da posição da Adua

Para elaborar o documento, a Adua realizou uma análise prévia cuidadosa do eixo central que norteia a minuta apresentada pela reitoria, que é a Lei nº 10.973, de 2004 – a chamada Lei de Inovação Tecnológica. Em várias reuniões convocadas para este fim, o documento expressa ainda o pensamento de outros professores e pesquisadores, publicado em artigos e estudos diversos, além da consulta ao GT de Ciência e Tecnologia do Andes-SN.

- “A Lei de Inovação Tecnológica se estrutura a partir de três eixos: a) a constituição de ambiente propício a parcerias estratégicas entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas; b) estímulo à participação de instituições de ciência e tecnologia no processo de inovação; c) o incentivo a inovação na empresa.”
- “Dentre os principais mecanismos para realização dessa política, estão: 1. a bolsa de estímulo a inovação e o pagamento do servidor público de adicional variável não-incorporável à remuneração permanente, ambos captados pela própria atividade; e 2. a participação nas receitas auferidas pela instituição de origem com o uso da propriedade intelectual e a licença não-remunerada para constituição de empresa de base tecnológica”.
- “A Lei prevê generosas isenções e renúncias fiscais, o que tem sido uma característica marcante dos governos destes oito últimos anos: dedução de até o dobro das despesas com pesquisa e desenvolvimento; redução de 50% do IPI incidente sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, bem como acessórios sobressalentes e ferramentas que acompanham esses bens, destinados a pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico”.
- “Essa política está provocando profundas modificações na universidade brasileira, alargando sobremaneira o capitalismo acadêmico e desfigurando o ethos acadêmico que singulariza as universidades como instituições que possuem autonomia didático-científica, instituindo o segredo na produção do conhecimento, flexibilizando as relações de trabalho, desrespeitando o estatuto do concurso público e mesmo as normas do Direito Público”.
- “Os artigos 9º, 10 e 14 transformam o professor universitário em empreendedor ao estabelecer que o docente envolvido na prestação de serviço poderá receber contribuição pecuniária da instituição na forma adicional variável ou por meio de bolsa de estímulo à inovação, ou quando assegura ao inventor ou autor – de projeto, processo e serviço – participar em até um terço dos ganhos econômicos auferidos pela instituição”.
- “Já os artigos 15 e 16 possibilitam que esse professor se torne empresário, uma vez que pelo que dispõe esses artigos o docente pode se afastar por até 6 anos para tentar uma carreira empresarial (até mesmo para constituir empresa). Durante o período de afastamento é assegurado ao professor o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei e ainda progressão funcional e benefícios da seguridade.”
- “A privatização dos recursos públicos fica patente, na medida em que valores que deveriam ser investidos nas universidades na forma de pagamento de salários a professores e funcionários e em pesquisas são utilizados para permitir que docentes possam tentar se colocar no mercado como empreendedores, sem qualquer risco ou ônus para sua carreira profissional e sem qualquer custo para as empresas.”
- “A reivindicação histórica das universidades e do movimento docente sempre foi não apenas pelo aumento de recursos, mas pela autonomia das instituições, grupos de pesquisa, programas de pós-graduação no uso desses recursos. Na contramão, a lei desvia os já poucos recursos para o controle direto das empresas destruindo a pesquisa básica, a pesquisa nas áreas sociais e humanas, e toda pesquisa que não seja de interesse imediato do mercado capitalista.”

Seminário C&T

Docentes criticam modelo produtivista na Universidade

“A universidade está se tornando uma usina de alienação do serviço público, na medida em que tem se preocupado somente em formar os técnicos que atuam no Estado”. A frase, enunciada em tom de crítica, é do sociólogo, professor da Universidade Federal do Amazonas e membro da diretoria da Adua, Tharcísio Santiago Cruz, que, apoiado em outras vozes do contexto nacional, critica o modelo produtivista de exploração do conhecimento nas Instituições de Ensino Superior (IES). O docente foi um dos representantes da Associação no seminário de Ciência e Tecnologia “Universidade, Produtivismo e Privatização do Conhecimento”, na abertura do 56º Conad, realizado no dia 14 de julho, em Maringá (PR).

Na avaliação do professor, a universidade pública brasileira, de maneira geral, perdeu a capacidade de crítica e avaliação sobre a sua própria atuação perante a sociedade nacional. Para Cruz, isso se deve em parte às condições do ensino superior no país e também ao estabelecimento de um modelo produtivista na geração do conhecimento. “Salas lotadas, poucas condições para se desenvolver um trabalho de qualidade, inclusive nas ações de intervenção social, editais de pesquisa com prazo apertado são apenas alguns dos exemplos do sistema que compromete a sustentação do tripé ensino-pesquisa-extensão”, disse.

Tharcísio acrescentou ainda que, nessas condições, é difícil encontrar professores comprometidos com a qualidade do ensino superior. “Muitos professores só têm assumido o compromisso de ensino, de sala de aula, sem avançar nos campos da pesquisa e da extensão. Dessa forma, é impossível saber em que é possível melhorar e propor mudanças na maneira de gestar o conhecimento em favor da sociedade”, afirmou, acrescentando que a Ufam, por exemplo, peca ao não apresentar critérios para avaliação de docentes, atividades e projetos em geral. “Não dá pra saber, ao fim de cada período, o retorno e a importância dos projetos para a comunidade”, completou.

Em entrevista ao portal do Andes-SN, um dos palestrantes do evento, o professor Lucídio Bianchetti, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criticou inclusive o sistema de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Para ele, ao entrar nas universidades para avaliar seu desempenho, a agência de fomento passa por cima da autonomia universitária para dar lugar à “heteronomia”. Na opinião do docente, o uso de um sistema de avaliação pelos próprios docentes daria mais legitimidade ao processo.

Bianchetti questionou ainda o fato de os professores fazerem parte de um sistema que interfere tanto nas condições de vida como nas

de trabalho. O professor da UFSC observa que as tentativas de resistência são poucas e quase “quixotescas”, em virtude de atitudes cada vez menos politizadas. “Se conseguirmos instrumentalizar essa luta, com a produção de mais pesquisas que denunciem os efeitos negativos do produtivismo, tendo o Sindicato Nacional como espaço de amplificação dessas denúncias, é possível que a situação mude em médio prazo”, avaliou.

Outras facetas

Para outro palestrante do evento, o professor Luiz Mena Barreto, da USP, o produtivismo é um indício de privatização da universidade e do próprio conhecimento. “A face mais perversa talvez seja a superficialidade da participação na vida acadêmica, principalmente na relação com os técnicos administrativos”. Para ele, a universidade passa a ser uma oficina do serviço público. “Instalam-se verdadeiras linhas de montagem de projetos prontos”, criticou.

O modelo produtivista, na opinião de Mena Barreto, também enfraquece o sentido coletivo de universidade, em

Pré-Conad discutiu formas de combater efeito do produtivismo na vida acadêmica

detrimento, muitas vezes, da defesa de interesses pessoais: “Essa falta de discussão nos deixa sem condições de reverter o autoritarismo”, afirmou. O professor destacou ainda a necessidade de a categoria resgatar a autonomia das insti-

tuições públicas de ensino superior frente ao modelo econômico imposto.

Na avaliação do diretor da Adua, Tharcísio Cruz, o produtivismo não permite aos professores tempo para reflexão. “O sentimento é de que a produção de pesquisa e projetos de intervenção social tem extrapolado a jornada de trabalho de 40 horas de trabalho regulamentares, deixando pouco tempo para a produção de pensamento e até mesmo de diálogo entre os cursos, docentes e comunidade acadêmica”, destacou.

Como exemplo, Cruz citou a própria existência “paradoxal” da unidade acadêmica na qual desenvolve atividades. “O Instituto de Natureza e Cultura da Ufam, em Benjamim Constant, surgiu a partir de uma discussão da importância da interdisciplinaridade entre vários cursos, mas hoje isso não ocorre, pois não há diálogo entre disciplinas, graduações, professores e estudantes”, contou. Para ele, esse problema é outra faceta do produtivismo, que a cada dia distancia mais e mais os protagonistas da vida acadêmica, criando barreira para a conexão entre áreas.

Plano de Luta

Carta de Maringá reforça compromissos com qualidade do ensino superior

Depois de três dias de encontro, com participação de 53 Seções Sindicais, 49 delegados, 91 observadores e quatro convidados, o público do 56º CONAD (Conselho do ANDES-SN), realizado em Maringá/PR, aprovou, no último dia do evento, 17 de julho, a divulgação da Carta de Maringá. O documento traz o balanço das atividades do Sindicato, com enfoque no Plano de Lutas da categoria, e serve ainda para análise da conjuntura nacional e internacional.

Para o presidente da Adua, professor Antônio Neto, a Carta reforça o compromisso do Sindicato Nacional e das seções sindicais para a luta em favor da categoria e apresenta conjuntura favorável à participação de outros sindicatos. “A profundidade dos ataques do governo em relação à qualidade do ensino superior fez com outros servidores federais entrassem nessa luta, gerando mais

possibilidade de vitória”, disse.

A unidade entre várias categorias profissionais estimulou, inclusive, a criação de um fórum nacional, como estratégia de ação nas tentativas de negociação no Planalto. “Com isso, a CSP-Conlutas fortaleceu suas raízes e ganhou adesão de novas unidades sindicais. A expectativa é que nossa manifestação contra a privatização do ensino tenha mais força”, ressaltou.

A Carta de Maringá também registrou o aprofundamento da crise internacional, a partir das manifestações dos trabalhadores, no mundo árabe e na Europa, por seus direitos, como inspiração e expressão do inconformismo com os desmandos do capital na sua ação predatória.

Destacamos a seguir alguns trechos da Carta. O documento, na íntegra, pode ser conferido na página eletrônica da Adua (www.adua.org.br).

Carta de Maringá

“...As lutas contra ditadores, por salários melhores, emprego, condições de trabalho, educação pública, direito à aposentadoria e à saúde, por democracia e contra a perda de direitos fundem lutas por necessidades imediatas com a imprescindível estratégia mundial de luta pelo socialismo”.

“...continuam as demissões desenfreadas e as contratações precarizadas, assim como os ataques à livre organização dos professores no ANDES-SN. Na esteira da conivência do governo, mantém-se a tergiversação sobre os desmandos das mantenedoras contra a livre organização dos docentes das IPES... Só a luta de todos e a pressão sobre o governo federal pode abrir espaço para a integração desses docentes na luta pela universidade brasileira”.

“É importante ressaltar a jornada de lutas, de 17 a 26 de agosto, com o ato nacional no dia 24 de agosto, em Brasília. O 56º CONAD indicou, também, o dia 24/08 como dia unitário de mobilização, com indicativo de paralisação da base do ANDES-SN”.

“O 56º CONAD deliberou que seja apresentada ao governo uma proposta de acordo emergencial, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011, tendo como referência a Pauta de Reivindicações dos Docentes do Setor das IFES da Campanha de 2011, e que seja intensificado o processo de negociações sobre a reestruturação da carreira docente”.

“O 56º CONAD analisou a difícil situação pela qual passam os Colégios de Aplicação submetidos à ameaça de nova regulamentação, o que fere frontalmente a autonomia da universidade, a quem cabe todo o processo de organização de suas unidades de ensino. Além de sofrerem ações asfixiantes com a falta de contratação de professores substitutos, que trabalharam sem recebimento de salários no primeiro semestre”.

“A reforma de Estado em curso se expressa na política educacional privatizante, no parco financiamento para a educação e nos marcos neoliberais da proposta governamental do PNE 2011-2020. Assim, o 56º CONAD clamou todas as Seções Sindicais e o conjunto da categoria docente a se envolverem ativamente na campanha pela aplicação de ‘10% do PIB nacional na educação pública, já!’ e na organização do plebiscito”.

“Nesse momento em que o Sindicato sofre ataques diversos, principalmente por ser um sindicato classista e combativo, verifica-se que a representatividade do ANDES-SN se amplia e se fortalece com a inclusão de novos sindicalizados, que defendem o professor e a universidade pública de qualidade socialmente referenciada. Assim, o 56º CONAD homologou alterações regimentais e a criação de novas Seções Sindicais, saudadas como reforço à legitimidade do ANDES-SN”.

Pontos polêmicos marcaram o 56º Conad

Foto: Elisandra Garcia

Três pautas geraram polêmicas durante o 56º Conselho Nacional de Entidades do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Conad), realizado no período de 13 a 17 de julho, em Maringá (PR), que teve como representantes da Adua o diretor Tharcísio Santiago Cruz, enviado como delegado, e Elisandra Garcia, como observadora.

Os pontos de maior discussão dos 177 participantes, entre delegados e observadores, foram o Plano de Lutas dos Setores (em especial assuntos relacionados à possível greve dos docentes), a pendência da Carta Sindical do Andes-SN e a aprovação da campanha “10% do PIB para a Educação Pública, Já!”. No total, o Conad contou com a participação de 54 Seções Sindicais, sendo 59 delegados e 92 observadores.

Sobre o Plano de Lutas dos Setores, a decisão da plenária de aprovar a construção da greve por meio de um calendário de mobilizações, com a justificativa de unificar a categoria por meio das Seções Sindicais, foi um ponto de maior discordância entre os participantes. “40% dos votantes já queriam entrar em greve; os representantes das universidades federais de Tocantins, Piauí e Maranhão eram os mais interessados na paralisação. A resistência quanto ao indicativo de greve foi justificada pela pouca mobilização no País. Nos relatos, os 60% que foram contra a paralisação alegaram que as assembleias setoriais estão esvaziadas e que o período agora é de recesso das aulas”, conta Tharcísio Santiago.

A metodologia para a construção da greve será a Jornada Nacional de Lutas com mobilizações, encontros, discussões e reuniões com o Governo, entre os dias 1 a 30 de agosto (ver calendário abaixo). Ficou de ser definida uma data de paralisação nacional, possivelmente 23 ou 24 de agosto. Também foi aprovada a realização do seminário “Em defesa da autonomia universitária: Colégios de Aplicação (CAp), formação docente e educação pública de qualidade”, previsto para 21 e 22 de agosto, sem local definido. Outro ponto de destaque naquela plenária foi a decisão dos delegados em atualizar o Caderno 2. Isto representa a consolidação de um novo patamar para o Caderno 2, fortalecendo a proposta do Sindicato Nacional para a universidade brasileira.

Representatividade

Outra questão importante discutida no Conad foi a batalha judicial em torno do Registro Sindical do Andes-SN. A ação, em trâmite, busca a legitimação da entidade como representante de todos os setores do ensino superior, incluindo as universidades particulares. “A discussão não foi aprofundada. É um tema de grande importância para a categoria docente, o que gerou certo desconforto entre os participantes”, ressalta Elisandra Garcia. O 56º Conad decidiu autorizar a Diretoria Nacional a convocar o 4º Congresso Extraor-

dinário, caso as ameaças ao Registro Sindical do Andes-SN tornem-se mais agudas.

O professor Tharcísio Santiago apontou o Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes) como uma estratégia usada pelo governo para enfraquecer a força política do Andes e, por isso, em muitos encontros setoriais está havendo um esvaziamento de docentes, o que torna as discussões superficiais. “O Andes é uma entidade de classe, de luta e autônoma, por isso incomoda o governo. É necessário se discutir a possibilidade de alterações no estatuto para não arriscar a perda da Carta Sindical”, ressalta o professor.

Denúncias

Durante o 56º Conad, Seções Sindicais denunciaram agressões às suas sedes, algumas estão sofrendo ataques em suas estruturas físicas. “Algumas sedes estão sendo colocadas fora dos espaços das universidades, tanto seções sindicais estaduais quanto federais, como ocorreu na Universidade Federal do Maranhão”, relatou a observadora da Adua, Elisandra Garcia. A plenária solicitou que todas as Seções Sindicais elaborem dossiês, com relatos e fotos, para compor um documento geral que a assessoria jurídica do Andes-SN preparará para fazer uma denúncia nacional sobre os ataques.

Mais recursos

A plenária do 56º Conad aprovou também a realização da campanha “10% do PIB para a Educação Pública, Já!”, com o objetivo de receber apoio das entidades sociais e movimentos de caráter popular em busca da elevação dos recursos para educação em 10% do Produto Interno Bruto (PIB). “Será uma atividade que vamos desenvolver ao longo do segundo semestre com base no que será definido em um plebiscito nacional, ainda sem data”, explica Tharcísio. No último dia 21, houve uma reunião em Brasília (DF) onde ficou decidido que cada entidade integrante deve levar o debate para suas bases, convidando outras organizações a aderirem à luta durante o mês de agosto, até que seja realizado o plebiscito.

Confira o calendário do Plano de Lutas das Ifes

1 a 15/08 – Rodada de assembleias gerais, com recomendação para priorizar a até 5/8;

6 e 7/08 – Reunião do Setor das Ifes;

15 a 30/08 – indicativo de período de atos nos estados e ato em Brasília com amplos setores sociais e sindicais – espaço de unidade e ação;

23 e 24/08 – indicativo de paralisação dos docentes das Ifes para exigir negociações efetivas e atendimento da pauta de reivindicações.



O 56º Conselho Nacional de Entidades do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Conad), foi realizado no período de 13 a 17 de julho, em Maringá (PR)

O Conad em tempos difíceis

“Este Conad significou o fortalecimento das discussões sobre a realidade docente frente à difícil conjuntura vivenciada pelas universidades brasileiras no contexto atual. Durante as discussões iniciais, sobre o Plano de Lutas, cujo tema-eixo foi “Movimento Docente e Conjuntura”, foram correlacionadas as conjunturas internacional e nacional, com ênfase, principalmente, na crise econômica que ocorre na Europa, nos Estados Unidos e Japão e que já são perceptíveis reflexos na economia brasileira. Nesse contexto, se destacou uma importante ponderação feita pela presidente do Andes Marina Barbosa. Ela destacou a necessidade de redefinição do Ensino Superior Público e, conseqüentemente, uma redefinição do trabalho docente nas universidades”.

“Um ponto polêmico foi o indicativo de greve. Os participantes ficaram divididos entre a construção (opção escolhida) ou a entrada definitiva da greve. O não indicativo de greve já reflete a situação de desmobilização enfrentada pelas ADs em todo país, o que acabou por nos revelar um quadro difícil de entendimento entre os próprios docentes. Presenciamos diversas mani-

festações que retratam um quadro de reticência em relação à greve”.

“Este Conad possibilitou o debate sobre a situação delicada por que passa o Andes, ou seja, a possibilidade de perda de seu registro sindical. Sem dúvida, este ponto merece a realização de um debate mais acentuado por significar a possibilidade de mudanças no estatuto do ANDES. Aliado a um quadro de desmobilização e ataque do Estado a esta histórica e consolidada entidade classista, aventa-se a possibilidade de que o Andes seja obrigado a abrir mão de princípios fundamentais defendidos nas últimas décadas, como, por exemplo, a impossibilidade de defesa dos direitos dos trabalhadores das instituições privadas, o que significa abrir mão de parte da bandeira de luta histórica”.

“Em um quadro maior, o Conad foi uma valorosa oportunidade de intercâmbio com outras ADs; uma leitura da realidade institucional e política vivenciada por outras ADs e seus respectivos docentes”.

(Tharcísio Santiago Cruz representou a Adua no 56º Conad como delegado)

Entrevista: Osvaldo Coggiola

Crises mundiais são reflexos da crise econômica

A crise econômica, iniciada em 2007, agora se aprofunda na direção de uma crise social e política. Este é o pensamento de um dos mais sérios e profundos analistas da conjuntura internacional. Osvaldo Luiz Angel Coggiola é historiador, economista e professor da Uni-

versidade de São Paulo (USP), além de 3º Vice-Presidente do Andes-SN. Sua participação em análises conjunturais dentro e fora do Sindicato Nacional é extremamente pertinente, necessária e lúcida, se se quer entender os rumos da sociedade global. Numa entrevista concedida aos jor-

nalistas do periódico Caros Amigos, de junho, e aqui reproduzida parcialmente, ele fala da sua militância na Argentina, onde nasceu, e da crise econômica mundial, das reações populares ao modelo neoliberal e das perspectivas das esquerdas e das lutas sociais.

Hamilton Octavio de Souza – Fale um pouco da sua trajetória.

Sou argentino, nascido em Buenos Aires, criado em Córdoba. Estudei Economia e História em Córdoba até 1976, aí me expulsaram da Universidade, fui um dos primeiros a ser expulso pelo governo militar e fiquei um ano clandestino em Buenos Aires. Fui para a França e lá terminei meus estudos, me formei em História e Economia, fiz pós-graduação, doutorado em História na França. Em 1981, ainda era ditadura, vim morar no Brasil. Nós fazíamos um jornal que se chamava Política Obreira. Ele era feito aqui no Brasil, era microfilmado e alguém da Argentina punha dentro de um tubo de pasta de dentes e levava para lá, era reproduzido e distribuído, clandestinamente, no tempo da ditadura de Galtieri. Voltei pela primeira vez a Argentina em 1982, justamente no tempo da Guerra das Malvinas, porque aí virou uma bagunça para entrar, eu estava nas listas dos desaparecidos em potencial, eu tinha dois primos desaparecidos, como muitos desaparecidos das famílias argentinas. Fui justamente para trazer, clandestinamente, o arquivo de Liborio Justo, filho de um presidente argentino na década de 1930, um comunista e trotskista argentino, histórico, morreu com 101 anos, um grande historiador. Esse arquivo se encontra, atualmente, na Unicamp. Em 1984, houve concurso e comecei a dar aula de História Contemporânea na USP, como professor de História da América Latina. E tenho tentado participar da vida política. Como estrangeiro não posso; mais ativamente só na vida sindical. Publiquei muitos livros e artigos aqui, na Argentina e em outros países.

José Arbex Jr. – Você tinha quantos anos quando se deu sua aproximação com o trotskismo?

Eu tinha 17 anos, era do Colégio Nacional de Monserrat, de Córdoba. Aí, houve o Cordobazo [movimento de protesto de 29 de maio de 1969 em Córdoba, uma das mais importantes cidades industriais da Argentina] e toda uma geração entrou para a política. O Cordobazo foi uma insurreição popular em Córdoba. Nesse momento não havia guerrilha na Argentina, havia a protoguerrilha, grupos armados que falavam em guerrilha, durante a ditadura do general Juan Carlos Onganía, anterior àquela que terminou em 1973. Eu entrei na política revolucionária, porque era uma ditadura, não havia parti-

dos políticos, não havia eleições, então praticamente todo mundo era de esquerda. E você tinha diferentes frações políticas de esquerda e eu passei por várias. Eu entrei no que seria depois as FAR, as Forças Armadas Revolucionárias, uma organização peronista; depois passei para outro grupo que se chamava Esquerda Nacional, um tipo de trotskismo nacionalista, não tem nenhum equivalente aqui no Brasil, mas que tinha muita influência na época, pois ganhou a Federação Universitária Argentina em 1970; comecei os estudos, e, finalmente, fui parar numa organização trotskista. Ou seja, como aconteceu com muita gente, você ia mudando de ideia, participando de debates. A vida política de Córdoba a partir de 1969 até o ano de 1975 era uma ágora, praticamente, as discussões políticas da esquerda se davam em toda a parte, nas universidades, nas escolas e depois em qualquer esquina: duas pessoas começavam a discutir, se juntavam mais quatro, mais cinco, de repente eram 100 pessoas discutindo política. Era uma situação que se chama de revolucionária.

Cecília Luedemann – Como o senhor compara a reação da sociedade brasileira e da Argentina depois da ditadura? Por que na Argentina os civis e militares são levados a julgamento e condenados e no Brasil isso não aconteceu?

Lá, o impacto social e político foi muito maior que no Brasil. Aqui foi um impacto mais localizado e se começou a falar no assunto muito tempo depois, a ponto de a lei de anistia geral estar sendo questionada há pouco tempo. Na Argentina, a palavra de ordem de anistia nem sequer foi colocada, em nenhum momento, porque falar em anistiar os assassinos de direita e de esquerda, como se fosse uma coisa equivalente era um absurdo, o máximo que as organizações guerrilheiras tinham feito era matar meia dúzia de oficiais e comparar essas mortes de enfrentamento com o assassinato de 30 mil, mortos pela lei de fuga, era assassinato. Eles escolhiam os guerrilheiros presos, matavam e depois publicavam nos jornais como se fosse morte por tentativa de fuga. E as Mães da Praça de Maio, desde 1977, foram reconhecidas pelo heroísmo e pela luta pelos julgamentos. Mas, a visão que se tem desses julgamentos na Argentina é diferente da visão que se tem aqui no Brasil. Claro, na Argentina foram condenados, no Brasil, não. Está certo. Na Argentina não se faz essa comparação, o que se diz é que só agora, 35 anos depois dos fatos, alguns velhinhos de uma turma de milhares de cúmplices desse sistema estão sendo



Divulgação

José Arbex Jr. - De repente, acordaram sem nada...

Recebiam 30% de juros, anuais, em dólar. Compravam apartamentos em Santa Catarina... Tinham um padrão de vida e, de repente, perderam tudo. Essas pessoas ficaram sem nada. Nas primeiras manifestações, via-se nas roupas das pessoas que eram de classe média, com roupa de grife.

José Arbex Jr. - Muita gente está querendo comparar a situação da Espanha com a da Argentina, em 2001. Você concorda com essa analogia?

Há uma diferença. Por exemplo, do ponto de vista do setor social há uma analogia. Mas, a juventude tem sofrido um desemprego atroz, com índices oficiais em torno de 25%, contratos de trabalho terríveis há décadas e uma situação social terrível. O ponto principal em que se assemelha, e que a Argentina é precursora, é a do ponto de vista político: "Que se vayan todos". Era uma espécie geral de rejeição de todos os partidos políticos oficiais. E, na Espanha, é a mesma coisa. Não estão se mobilizando contra uma ditadura, mas reflete, sim, uma mudança mundial, porque o que aconteceu, primeiro na Tunísia e depois na praça Tahrir, no Egito, foi um exemplo mundial, de ocupar o centro do poder. Ocupar a Porta do Sol se inspira na ocupação da praça no Egito: "Olha, lá eles ocuparam a praça principal, não se retiraram e derrubaram o governo, vamos fazer a mesma coisa aqui." É claro que na Espanha não estão derrubando o governo, até porque não é preciso, o governo está praticamente derrubado. Estão pedindo outra coisa: uma liberação política, uma mudança na Europa. A vitória da revolução árabe depende do que acontecer na Europa. Há aqueles que falam em revolução mediterrânea, com processos de características revolucionárias dos dois lados do mediterrâneo. Estão acontecendo processos semelhantes na França, Portugal... Nesse ponto, rejeição total do sistema dos partidos políticos existentes. Há alternativa? Não se sabe.

Lúcia Rodrigues – Você vê alguma semelhança dos movimentos nesses países árabes com o que aconteceu na Europa em 1968?

“ Cedemos em vários setores, reproduzindo as tendências. A universidade antes era um dos principais focos de resistência. ”

julgados e condenados. Essas condenações acontecem já quando estão com os pés na cova. Na verdade, o que aconteceu na Argentina é a condenação de alguns bodes expiatórios, embora se diga o contrário aqui no Brasil.

José Arbex Jr.- A esquerda argentina não conseguiu criar uma alternativa?

Não conseguiu, basicamente, porque o movimento operário estava enfraquecido. O movimento piqueteiro [movimento dos desempregados argentinos] não é um movimento social que era fácil ter uma posição política. E o setor mais combativo em 2001 não foi o setor sindical, não houve greves, foi mesmo a classe média que havia depositado dólares nos bancos.

Hamilton Octavio de Souza - A classe média perdeu tudo rapidamente, o padrão de vida foi rebaixado...

Foi a mais violenta... Não era um problema de salário, reajuste, não era uma barganha... Eles tinham vendido tudo o que tinham ao longo da vida, de várias gerações, vendido casas, com 400 mil dólares nos bancos, viviam disso, pagavam aluguel...

Sim, claro, no sentido que o setor fundamental é a juventude. Em 1968, há uma grave crise social na Europa, muitos movimentos estudantis, mas o único país que esses movimentos se transformaram num movimento social geral contra o governo foi a França. Na Itália, depois em 1969, o chamado “outono quente”. Aqui não, foi um movimento onde a juventude teve um papel, mas logo foi suplantada de cara pelo movimento popular. A juventude foi a mais articulada, porque tem o famoso papel do twitter, do facebook (risos). Ela se articulou mais rapidamente, inclusive anulando as tentativas de enfrentamento dos grupos confessionais entre cristãos e muçumanos. Poucos dias antes, houve um ataque a uma igreja cristã com vários mortos, com o sentido religioso. Mas, isso foi arrasado pela rebelião.

José Arbex Jr. – É a fome, se eu não me engano, o fator determinante da revolução árabe.

Claro, começou com a fome. Estava vinculada à crise econômica mundial. A primeira pergunta que se fez: por que um dos países que estão crescendo tanto está tendo rebelião? Porque está crescendo, mas isto não significa que esse crescimento se distribui igualmente. Ao contrário, em países em que, cada vez mais, a estrutura política fazia com que o crescimento fosse absorvido por uma minoria, como a Tunísia, a revolta também crescia. Houve uma onda especulativa na Tunísia. Assim como houve com o petróleo, houve uma segunda onda especulativa com as matérias-primas, levantou o preço da sêmola, do trigo. E o fato notável da estrutura sobre a qual estava montada a pretensa prosperidade desses países era frágil. Foi em meados de dezembro, um jovem em uma cidadezinha da Tunísia tocou fogo em si e em um mês vários países árabes estavam fazendo rebelião. Não era a primeira revolta do pão, pelo contrário, já haviam acontecido várias revoltas nos países árabes, a mais famosa foi em 1977, contra Anuar Sadat. O que foi surpreendente, desta vez, foi como se contagiou todos os países e a rapidez com que se transformou em revolta política.

Hamilton Octavio de Souza – Como relaciona essa crise que atinge a Europa com a América Latina? A América Latina está em outro plano de voo?

Na América Latina há uma situação que não foge da crise mundial. E essa guerra comercial que se deflagra entre Argentina e Brasil, neste momento, faz parte do quadro

mais geral, no qual já há uma guerra comercial entre Europa e China, já há uma guerra monetária puxada pela desvalorização e a emissão monetária espetacular dos Estados Unidos. Então, já há uma situação em que a crise, que inicialmente era uma crise do setor financeiro privado, se transformou em uma crise de déficits públicos e, a partir daí se transformou em uma crise monetária e numa crise comercial. Então a base, embora a situação pareça mais calma que há dois ou três anos atrás, é muito maior, já penetrou em muitos setores da economia. E a América Latina não foge a isso. A propaganda de que foge, que o Brasil conseguiu contornar a crise, que foi uma marolinha, etc, etc, oculta a bomba que é a economia brasileira: uma dívida pública espetacular e uma remuneração do capital especulativo que não tem paralelo no mundo inteiro. O Brasil se mantém em pé, porque está pagando por suas reservas, suas divisas estrangeiras, uma taxa de juros que nenhum outro país paga.

Cecília Luedemann - Qual é a análise que o senhor faz sobre a luta de classes, o surgimento de rebeliões? Qual seria a tarefa da esquerda, neste momento?

Primeiro, fazer um debate sem nenhum tipo de censuras e tentar definir um programa. A peça chave. A propaganda da situação, PT, era o bolsa família. Eu não vi um partido de esquerda brasileiro, esquerda do PT, que questionou

o bolsa família. Inclusive um deles apresentou uma proposta radical de generalizar o bolsa família. Quer dizer, a peça mestra, o controle que o PT exerce sobre o movimento de massas brasileiro, o bolsa família, não foi questionado por ninguém da esquerda. É necessário ver porque acontece tudo isso. Em segundo lugar, nós estamos vendo uma virada na luta de classes mundial e uma virada na composição da classe operária mundial. Por enquanto, nós temos a revolta na Tunísia e um pouco no Egito, em que os trabalhadores organizados têm procurado ter um papel independente dentro dessa revolta democrática geral. Por enquanto, não há nessas revoltas uma alternativa classista. Até porque o movimento dos trabalhadores foi objeto de severíssima repressão. Não é fácil fazer movimento sindical no Egito, tem que arriscar a vida para organizar um sindicato. Na UGTT da Tunísia era um pouco mais legal, porque estava vinculado ao governo, e a Tunísia por vínculos com a Europa tinha uma estrutura política mais semelhante. Agora, houve greves mais significativas e é notável como a burguesia deu mais importância do que a esquerda, não só no Brasil, senão no mundo inteiro. O que temos hoje é uma esquerda já totalmente integrada ao status quo, como o Partido Socialista na Espanha, ou são pequenas organizações de esquerda que não conseguem dar conta desse panorama, porque são muito fracas.

Lúcia Rodrigues - Então, vindo um pouquinho para o Brasil, a experiência que a gente viu que mobilizou operários, enfim, que não foram para as ruas, mas para os canteiros protestar...

... foi Jirau.

Lúcia Rodrigues - Jirau surpreendeu a esquerda. A esquerda como um todo ficou surpresa com relação a isso. Foi um movimento espontaneísta, sem uma coordenação de nenhum partido, enfim, não tinha nenhuma central por trás, não tinha nada, foi um movimento espontaneísta. Como você analisa Jirau? Jirau foi uma surpresa, de fato?

Não deveria ser. Foi uma surpresa, porque ninguém sabia o que estava acontecendo em Jirau.

Ponto. Então, Jirau é o equivalente da greve em Dubai, o equivalente da greve chinesa. Quem está se mobilizando são os setores que não têm representação sindical, com certeza não têm nenhuma representação política. A esquerda existente não tem nenhuma proximidade, nem física.

Hamilton Octavio de Souza - Então, nesse rumo, algumas greves de trabalhadores vão acontecer sem lideranças sindicais...

É um fenômeno generalizado no mundo. Nos países árabes, na China, em Jirau, no Brasil, e agora, na Espanha. Todos os movimentos da juventude, dos trabalhadores, estão passando por fora de todos os canais existentes sindicais, políticos, etc. É uma situação de virada em que nenhuma organização política está dando conta. Isto não quer dizer que as experiências políticas devem ser jogadas fora, significa que terão que se atualizar com relação à situação que está ocorrendo. E, na verdade, as organizações de esquerda não estão conseguindo dar conta do aguçamento da luta de classes em seus países. De modo geral, revoluções nunca são anunciadas, na véspera, nos jornais. Portanto, isto não é absolutamente novo. A revolução russa, a revolução francesa, não foram anunciadas. Agora, além do Egito, Tunísia, China, também teve na Bolívia, com o gasolinazo.

José Arbex Jr. – Como a esquerda deve enfrentar essa crise?

A questão chave desta crise é a evolução política da esquerda nos últimos 30 anos, as conclusões que ela tirou e qual política vai ter. O balanço que se fez da luta de classes, da guerrilha na América Latina, desde Che Guevara. A esquerda na América Latina só vai poder se reconstituir como alternativa política se fizer esse balanço. Um balanço perfeitamente claro de todo esse processo, porque somos uma geração que tivemos muitos méritos, apostamos a nossa vida. E eu estou nesse país depois de passar por muitas coisas, muitos companheiros morreram, é uma esquerda com muitos méritos. O que foi a repressão da ditadura na América Latina não teve precedentes na história da América Latina, foram milhares de militantes mortos. Tudo isso tem que ser objeto de balanço. Por que esta geração chegou a que chegou?

São contrastes muito grandes, muito maiores que no tempo do Marx e de Lênin, muito, muito maiores. Então, nós temos que fazer um balanço de tudo isso, porque esse é o fator chave da revolução futura depois da crise. Se vai haver uma alternativa de esquerda ou não. Se não houver uma alternativa de esquerda, nós vamos ter Espanha, Praça Tahrir, grandes mobilizações, mas sem uma alternativa política clara. Essas alternativas não se fazem de um dia para o outro, tem que estar apoiada em ideias muito claras, em um programa muito claro, que façam parte de um balanço geral.



Foto: Jesus Carlos

Artigo

Um tema polêmico para os parlamentares

Sylvio Costa

Servidores públicos e trabalhadores do setor privado devem ser tratados igualmente em relação às regras de aposentadoria? Ou o funcionalismo, por suas características próprias, merece um tratamento especial? Qual a forma tecnicamente mais correta e socialmente mais justa de lidar com a questão?

Não se trata de uma discussão teórica, mas de algo que está à espera de uma decisão iminente dos parlamentares. O tema é regulado pelo Projeto de Lei (PL) 1992/2007, que muda radicalmente a Previdência Social e o serviço público brasileiros. Enviado por Lula ao Congresso Nacional há quatro anos, o projeto desde então dormitava esquecido nas masmorras do Legislativo, para as quais fora relegado pela ação diligente da própria base governista, liderada pelo PT.

Os deputados da base não queriam pagar o preço do desgaste com as entidades representativas dos servidores, que são praticamente unânimes na condenação da proposta. E também não houve voz na oposição que ousasse resgatar a ideia do limbo.

Foi isso o que fez, no entanto, o ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho. Ele não só tem obtido enorme sucesso na sensibilização de áreas do governo – inclusive, ao que consta, a própria presidenta Dilma – para a necessidade de aprovar já o PL 1992 como conquistou um aliado estratégico para auxiliá-lo nesse plano: o presidente da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, deputado Sylvio Costa (PTB-PE), meu homônimo.

Avocando a si a relatoria da matéria, Sylvio Costa produziu parecer favorável ao projeto, e, embora poucos tenham se dado conta disso, foi por um triz que a Comissão de Trabalho deixou de aprová-lo, no apagar das luzes do primeiro semestre legislativo do ano. Isso só não ocorreu porque representantes dos servidores obtiveram a providencial ajuda de parlamentares que integram a comissão para evitar que o assunto fosse colocado em votação.

Mas o PL 1992 está entre as prioridades da pauta da reunião que a comissão realizará no próximo dia 3, a primeira após o fim do recesso do Congresso. E a polêmica tende a se intensificar neste semestre, quando a proposta poderá chegar à análise do Plenário da Câmara e, se aprovada, ao Senado.

Basicamente, o projeto estende ao funcionalismo federal o teto para a contribuição e para pagamento de aposentadorias e pensões válido para os trabalhadores da iniciativa privada, que hoje é de exatos R\$ 3.691,74. Para ter uma aposentadoria acima desse valor, o servidor deverá fazer uma contribuição complementar, em favor de um novo fundo de pensão, também criado pelo PL – a Fundação de Previdência Complementar do Serviço Públi-

co Federal (Funpresp).

Essa mudança não se fará abruptamente. Será garantida aos atuais funcionários públicos a possibilidade de se aposentar pelas regras atuais, que lhes garantem um benefício muito próximo à remuneração da ativa. E o governo contribuirá para a aposentadoria dos futuros servidores, ajudando a capitalizar o Funpresp, ao qual também poderão aderir servidores dos estados e dos municípios.

Argumentos contrários

Um dos aspectos mais polêmicos da proposta é que, ao buscar a isonomia de tratamento entre trabalhadores dos setores público e privado, ela atinge o imaginário associado àquele que talvez seja no momento o maior sonho de consumo da classe média brasileira – o acesso ao serviço público. Estima-se que o Brasil possua perto de 12 milhões de pessoas que aspiram a um emprego público, especialmente na administração federal, onde os salários são mais altos e algumas carreiras chegam a ter vencimentos iniciais acima de R\$ 20 mil por mês.

Ressalte-se ainda que nos últimos anos a administração pública ganhou muito em eficiência ao absorver funcionários concursados, bem pagos, com estabilidade de emprego

“Não dá para tratar igualmente os servidores públicos e os demais trabalhadores, como pretende o governo”.

e uma regra de aposentadoria extremamente vantajosa. Os progressos foram notáveis na Polícia Federal, no Ministério Público, no Judiciário e em várias áreas dos três poderes beneficiadas pela entrada em cena de novas gerações de servidores, nomeados em razão de seus méritos e não de velhas pragas nacionais, como o apadrinhamento político, o conluio com esquemas de corrupção e o nepotismo.

Para os críticos dos PL 1992, ele colocaria tais avanços em risco. “Não estamos advogando em interesse próprio, já que os atuais servidores não serão atingidos”, afirma Roberto Kupski, secretário-geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). “Estamos preocupados com o futuro do serviço público e, portanto, do país. O Chile fez essa experiência de privatizar a previdência dos servidores e não deu certo”.

Kupski prossegue: “Não dá para tratar igualmente os servidores e os demais trabalhadores, como pretende o governo. O funcionalismo não tem FGTS, não tem a flexibilidade para mudar de emprego ou negociar salários com as empresas, não possui ingerência sobre as regras da carreira, que são definidas pelo Executivo e em última instância pelo Legis-

lativo. São diferenças gritantes. O PL 1992 elimina um grande atrativo para o serviço público, que é uma aposentadoria digna, e é um desestímulo à qualificação. Hoje, o Estado pode buscar os melhores. Os números mostram que nem mesmo os supostos ganhos fiscais a serem obtidos justificam a mudança”.

De acordo com o dirigente da Fonacate, outro aspecto torna mais injusto o projeto: os servidores de carreira, que contribuem hoje com 11% da remuneração total que recebem, serão punidos por problemas que eles não criaram. Entre eles, o fato de a Previdência durante muito tempo não ter recebido do Tesouro Nacional os recursos referentes ao regime previdenciário do funcionalismo e a incorporação à Previdência Social, determinada pela Constituição de 1988, de segmentos de assalariados que recebem hoje benefícios para os quais não contribuíram ao longo de sua vida ativa (sobretudo, os trabalhadores rurais e os beneficiários do maior trem de alegria da história do Brasil, aquele que tornou estáveis mais de 600 mil celetistas que então trabalhavam no serviço público).

Argumentos favoráveis

Tudo estaria perfeito não fossem os bons argumentos oferecidos pelo governo. O mais impactante deles tem a ver com a atual distribuição dos gastos previdenciários. Segundo o secretário de Políticas de Previdência Complementar, Jaime Mariz de Faria Júnior, em 2010 faltaram R\$ 42 bilhões para complementar as despesas feitas pela Previdência Social com cerca de 28 milhões de aposentados e pensionistas do setor privado e R\$ 52 bilhões para cobrir o déficit com o pagamento de 950 mil aposentados do serviço público.

“Gastamos bem mais para atender a um número 30 vezes menor”, enfatiza Jaime Mariz Júnior. “Para se ter uma ideia de grandeza, lembro que no mesmo ano todo o orçamento do Ministério da Educação foi R\$ 60 bilhões. O do Ministério da Saúde, R\$ 70 bilhões. E o mais grave é que o déficit dos benefícios no serviço público cresce 10% a cada ano. É da natureza humana ter medo do diferente. Mas este é o momento de fazer a mudança para evitar no futuro que se cortem benefícios viáveis, como a Europa está fazendo hoje para enfrentar a crise previdenciária”.

Com o redesenho feito pelo PL 1992, argumenta o secretário de Previdência Complementar, desarma-se uma bomba-relógio cujo potencial explosivo pode ser avaliado de outra forma: “Temos hoje 1 milhão 111 mil servidores na ativa contribuindo, e até 2016 de 40% a 50% deles poderão se aposentar. E a situação atual já é muito preocupante. Para que o sistema fosse sustentável, deveria haver quatro servidores na ativa contribuindo para cada aposentado. E essa relação já é atualmente

1,17. É preciso agir imediatamente”.

Jaime acrescenta que o PL 1992 não trará prejuízos ao funcionalismo: “Para os servidores atuais, não muda nada porque a regra só valerá para aqueles que prestarem concurso após a publicação da lei. Para os novos servidores, também não haverá perdas. Fizemos várias simulações, e elas demonstram que os futuros servidores terão benefícios iguais ou melhores do que os atuais. Será como ocorre hoje com os funcionários da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica que possuem fundos de pensão para complementar sua aposentadoria. Pergunte a um funcionário da Petrobras se ele está insatisfeito com a aposentadoria”.

De fato, admite ele, o projeto não vai gerar ganhos imediatos para as contas públicas. “O efeito será em longo prazo, quando os novos servidores começarem a se aposentar. Até lá, as despesas da Previdência inclusive aumentarão porque teremos que repassar à Funpresp a parcela de responsabilidade do governo, referente à complementação da aposentadoria dos novos servidores”.

Há, enfim, o projeto de país implícito no PL 1992. Para os críticos da proposta, seria uma visão liberal, de desmonte do Estado e de privatização de algo (a complementação da aposentadoria) que deveria permanecer público. Para os seus defensores, trata-se de criar poupança pública para investir em áreas prioritárias, ora carentes de recursos, como educação, saúde, tecnologia, segurança e infraestrutura. Nesse último caso, sobretudo, sustenta-se que o Funpresp – concebido para se tornar o maior fundo de pensão do Brasil e, provavelmente, da América Latina – poderia ter um papel fundamental no financiamento de obras.

Bancadas divididas

Ingrediente extra, que torna ainda mais polêmica a matéria: ela já divide opiniões até mesmo dentro das diversas bancadas partidárias, inclusive no principal partido do governo. Foi um deputado petista, Roberto Policarpo (DF), quem articulou a retirada do PL 1992 da pauta da Comissão de Trabalho, evitando uma votação na qual sua aprovação era praticamente certa. E foram três ministros petistas – Guido Mantega, Paulo Bernardo e o ex-presidente nacional da CUT Luiz Marinho – os signatários da exposição de motivos pensada ao projeto quando do seu encaminhamento ao Congresso. Resta-nos torcer para que os parlamentares façam sobre o assunto um debate com a qualidade que o tema exige!

Sylvio Costa é jornalista, mestre em Comunicações pela Universidade de Westminster, Londres. Diretor e fundador do site Congresso em Foco, de onde foi extraído este artigo. (publicado em 27.07.2011)

Retrocesso

Projeto de Lei desobriga contratação de mestres e doutores

A defesa do ensino superior público, gratuito e de qualidade, bandeira de luta da categoria docente em todo o território nacional, tem um grande adversário político para derrotar nos próximos dias, antes que ele se torne jurídico. No início de agosto, volta a ser incluída na pauta do Congresso a discussão sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) 220/2010, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional - LDB), desobrigando as Instituições de Ensino Superior (IES) a contratar mão-de-obra qualificada, com mestrado e doutorado. A proposta foi avaliada negativamente pela categoria docente, até mesmo pelo Ministério da Educação, e reacendeu o debate sobre o futuro das universidades públicas.

Para os professores ouvidos pela reportagem, o PLS colide frontalmente com a Lei de Diretrizes e Bases, que está em vigor há 15 anos. Como uma das prioridades do ensino superior, a recomendação da LDB é que pelo menos um terço dos professores das instituições de ensino superior tenha título de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Essa determinação é acatada pelas universidades públicas, mas desprezada por muitas universidades privadas - principalmente as que foram criadas nos últimos anos. Se aprovado no Senado, o projeto deve ainda passar pela Câmara dos Deputados, antes de chegar às mãos da presidente, que poderá sancioná-lo ou vetá-lo.

Na avaliação do presidente da Adua, professor Antônio Neto, o projeto de lei põe em xeque o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas brasileiras. “Esse projeto é prejudicial à educação superior por várias razões, entre elas a qualidade da pesquisa e das ações de extensão. Um professor apenas com nível de graduação tem o seu nível de colaboração, mas geralmente restrito ao ensino. Como ficam as outras atividades docentes?”, questiona o dirigente.

O professor acredita ainda que a desobrigação constitui um ataque à natureza das IES e à qualidade no processo de formação superior. “Não é simplesmente uma questão de titulação, pois se deve pensar sempre no processo de formação continuada enquanto perspectiva da carreira docente”, disse Neto, acrescentando que não vale o argumento de que há escassez de pessoal qualificado. De acordo com dados do Ministério da Educação (MEC), o Brasil forma todo ano cerca de 50 mil novos mestres e doutores. Além disso, hoje, 56% dos professores universitários são pós-graduados e a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) é que



“ **Sem professor qualificado não é possível formar um profissional qualificado. Não podemos descartar essa mão de obra (graduados), na nossa realidade, mas deve haver limites para a contratação.** ”

José Correia, doutor em Planejamento de Sistemas (diretor da FT)



“ **Flexibilizar a contratação é sinal de fragilizar ainda mais as faculdades privadas. As públicas jamais abrirão mão de contratar professores com maior formação, mas as privadas poderão precarizar ainda mais a qualidade de seus cursos.** ”

Luiz Antônio Souza, mestre em sociologia (docente do ICHL).



“ **A qualidade do ensino fica a desejar se você não exige pelo menos o mestrado na contratação de docentes. Um professor com essa qualificação ajuda a despertar no aluno interesse também pela pesquisa e pela extensão.** ”

Francilene Xavier, mestre em Ciências da Saúde (docente da EEM).

esse número chegue a 75%.

O número destacado pelo professor é uma referência crítica a uma das justificativas do PLS que “nasceu” na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado e estava voltado apenas à contratação de profissionais das áreas de tecnologia e engenharia. A razão de ser da proposta, segundo o projeto de lei, é que há uma carência de profissionais qualificados nessas duas áreas, conforme diagnóstico consensual apresentado por segmentos empresariais, entidades de classe, órgãos do governo e especialistas no assunto.

Para contextualizar o problema, a Comissão se apoia em uma matéria publicada recentemente pela Folha de São Paulo, na qual a reportagem, com base num cálculo da Confederação Nacional da Indústria, afirma que quase 150 mil vagas de engenheiros não terão como ser preenchidas até o ano de 2012, por absoluta falta de mão de obra qualificada no país.

“Mesmo entre os alunos que efetivamente concluem os cursos, verificam-se graves déficits na formação, muitas vezes relacionados à pouca articulação entre teoria e prática na trajetória escolar dos futuros engenheiros”, diz trecho da justificativa do PLS 220/2010.

Neto diz que esses gargalos são fruto de um problema crônico, ainda maior: a falta de recursos para educação no Brasil e os baixos salários pagos aos professores.

O professor do Departamento de Hidráulica e Saneamento da Faculdade de Tecnologia (FT) Elias Assayag avalia que “falta mais preocupação com a qualidade do ensino e, inclusive, indicadores de

avaliação docente”. Para ele, a contratação temporária de graduados no Norte do país responde a uma especificidade da região, onde o número de pós-graduados é menor. “Porém, a seleção deve ser mais criteriosa, avaliativa”, adverte.

Pressão da rede privada

O projeto de lei, que na sua redação original previa a possibilidade de contratação de graduados com “relevante experiência profissional” em cursos nas áreas tecnológicas e de infraestrutura, sofreu mudança significativa – e para pior, na avaliação do docente – com o substitutivo do Senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que manteve a possibilidade de contratar graduados, estendendo a flexibilização para todos os cursos, com o argumento de que “o foco nessas áreas [tecnológicas] acabaria por se constituir não em abertura, mas em privilégio”.

Para o presidente da Adua, o PLS atende aos anseios da rede privada de ensino superior, sobretudo às universidades focadas somente no ensino. “Esse projeto permite aos donos das instituições particulares de ensino economizar, pagando salários mais baixos aos professores graduados”, disse.

Na opinião do coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, professor doutor Gilson Monteiro, o projeto de lei “é um lobby das universidades particulares e representa também a materialização do Estado mínimo da Educação”.

O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, por meio de nota, afirma que “não houve qualquer

pedido, apoio ou qualquer tipo de influência por parte das entidades que representa na propositura ou aprovação do referido Projeto de Lei”. Entretanto, em nenhum outro momento, a entidade posiciona-se contrária ao PLS, como fizeram outras instituições.

Em nota assinada pelo presidente Vilmar Thomé, a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc) manifesta-se contrária ao PLS 220/2010, pois ele está “contrariando o preconizado no artigo 66 da LDB, que exige que professores universitários tenham diploma de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado ou doutorado, como instrumento central para a equalização das condições de qualidade da Educação Superior”. Para a Abruc, a crescente exigência de titulação dos professores é condição fundamental, embora não única, para o incremento da qualidade da Educação Superior, com impacto significativo também na educação básica.

A proposta do senador Paulo Bauer (PSDB/SC), que autoriza instituições de ensino superior a contratar professores sem mestrado, também foi criticada durante a 63ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A presidente da entidade, Helena Nader, classificou a aprovação desse projeto de “retrocessos” para a educação brasileira e para o avanço das pesquisas no País, que hoje ocupa a 13ª posição em produção científica mundial. “Reduzir as exigências para qualificação dos professores universitários é reduzir a qualidade do ensino, é desprestigiar a sociedade. Será um passo atrás sem precedentes”, afirmou.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, também afirmou ser contrário ao Projeto de Lei 220/2010, do Senado. Segundo ele, a presidente da República, Dilma Rousseff, também não concordaria em reduzir a exigência de qualificação de professores da educação superior, pois seria uma contradição em relação ao anúncio de 75 mil bolsas de estudos para cursos no exterior, até 2014, no âmbito do programa Ciência Sem Fronteira, divulgado recentemente pela presidente. O ministro observou ainda que o Governo Federal vem investindo, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na formação de pessoal com pós-graduação.

A reportagem também procurou a Reitoria da Ufam para manifestar-se sobre o assunto, mas a professora Dra. Márcia Perales informou, por meio da Assessoria de Comunicação, que não podia responder às perguntas, em virtude de compromissos de agenda.

Negociações

Governo emperra discussões sobre o Plano de Carreira

As negociações com o Governo Federal sobre o Plano de Carreira Docente estão “empacadas” devido as omissões do secretário de Relações Sindicais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Duvanier Paiva durante os encontros com a categoria, informou o 1º vice-presidente do Andes-SN, Luiz Henrique Schuch.

Segundo o vice-presidente, nos últimos encontros, o secretário não apresentou uma resposta concreta do governo às reivindicações da categoria. “É lamentável porque ele sempre finaliza uma reunião prometendo que, na outra, vai apresentar o posicionamento e avaliando os pontos de divergência das propostas”, ressalta.

Por conta desse impasse, o Andes solicitou uma audiência com a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, que deve ocorrer na primeira semana do mês de agosto.

A pauta será exclusivamente o Plano de Carreira Docente. “Precisamos avançar nas discussões e, para chamar a atenção da sociedade, vamos fazer uma vigília nesse dia no Congresso Nacional para sensibilizar também os parlamentares”, explicou Schuch.

Conforme deliberação do 56º Conad, realizado em Maringá (PR), o Sindicato Nacional já convidou as seções sindicais a enviar representantes para concentração com faixas e bandeiras, além de outros materiais que marquem a presença na frente do Ministério de Planejamento, onde acontecerá o encontro.

O secretário de Relações Sindicais do MPOG se comprometeu, para a data da próxima reunião, repassar ao Andes-SN a proposta de carreira oficial do governo Dilma Rousseff, uma vez que várias questões apresentadas anteriormente no debate já foram normatizadas por Medidas Provisórias, decretos e portarias.

O vice-presidente ressaltou, inclusive, que, até o momento, nenhum Deputado Federal ou Senador condescendeu à luta dos docentes para discutir o Plano de Carreira. “O governo bate na mesma tecla e o Andes-SN também. A proposta de carreira

única do Andes-SN não encontra eco neste governo”, resumiu, acrescentando que não irá retirar sua posição só porque houve críticas. “A proposta do Sindicato Nacional não foi desconsiderada, continua na mesa, mas não conseguimos concordar com ela”, disse Schuch.

Frustração

O 1º vice-presidente do Andes-SN classificou como “frustrante e “uma decepção” a segunda rodada de negociação da pauta específica da categoria com o secretário de Relações Sindicais MPOG, no último dia 11 de julho.

Durante a reunião, Paiva disse que a maioria do funcionalismo sofreu reestruturação das carreiras, “só com os docentes isso ainda não aconteceu”, justificou. Duvanier disse ainda que precisa quantificar o total de gastos

que o governo terá para atender aos servidores, para só então apresentar sua contraproposta.

“Vamos avaliar o espaço de consenso possível, porque temos um curto espaço de tempo, já que o projeto de lei do Orçamento 2012 tem que ser fechado até 31 de agosto e o debate sobre carreira pode ser mais longo. Depois nós poderemos

continuar discutindo o assunto, mas se queremos ganhos para 2012 temos apenas este prazo. O que tiver consenso, a gente resolve já. O que não tiver, continuará em discussão na mesa”, acrescentou Paiva.

Schuch lamentou ainda que o governo não resolva as contradições entre o seu discurso e o conteúdo da proposta que apresenta. Ao mesmo tempo, o governo levanta obstáculos aos princípios defendidos pela proposta de reestruturação da carreira apresentada pelo Andes-SN, como é o caso da carreira única para docentes federais, independente do grau em que atuam, e da garantia de paridade entre docentes da ativa, aposentados e pensionistas. “Parece que as contribuições trazidas pelas entidades não estão sendo consideradas e que o governo mantém o mesmo tom monocrônico da negociação do ano passado”, acrescentou Schuch.

Nas últimas reuniões do Andes, os representantes do governo não cumpriram a promessa de apresentar contrapropostas

Demonstrativo Financeiro

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/06/2011 a 30/06/2011

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	RECEITAS	44.721,82	44.854,83	100,00%
1.1	Contribuição dos Associados	43.491,95	43.644,90	97,31%
1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	1.188,75	1.158,88	2,58%
1.3	Receitas com Reprografia	41,12	51,05	0,11%
2	DESPESAS	37.508,16	52.820,03	99,99%
2.1	PESSOAL	8.926,05	9.058,38	17,15%
2.1.1	Salários	5.586,92	7.483,38	14,17%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	1.240,00	1.575,00	2,98%
2.1.3	Férias (Erison)	2.099,13	-	0,00%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	2.665,09	3.058,43	5,79%
2.2.1	Contribuição INSS	2.022,45	2.287,79	4,33%
2.2.2	Contribuição FGTS	502,08	565,74	1,07%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	62,76	136,63	0,26%
2.2.4	IRRF s/Folha de Pagamento	77,80	68,27	0,13%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	7.708,96	5.160,00	9,76%
2.3.1	Serviços de Diagramação de Material Impresso	600,00	1.600,00	3,03%
2.3.2	Serviços de Distribuição de Jornais/Eventos	90,00	60,00	0,11%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	3.000,00	1.500,00	2,84%
2.3.4	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	400,00	-	0,00%
2.3.5	Serviços de Bolsa de Estagiário	800,00	800,00	1,51%
2.3.6	Serviços Administrativos	2.268,96	-	0,00%
2.3.7	Serviços de Limpeza/Manutenção	550,00	1.200,00	2,27%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	1.390,00	8.000,00	15,15%
2.4.1	Serviços de Confeção de Faixas	300,00	510,00	0,97%
2.4.2	Serviços Graficos	-	6.400,00	12,12%
2.4.3	Serviços Contábeis	1.090,00	1.090,00	2,06%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	10.342,72	10.354,94	19,60%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional/Congresso Uberlândia	8.730,93	8.741,12	16,55%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	214,75	215,25	0,41%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	349,26	349,64	0,66%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.047,78	1.048,93	1,99%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGEM	1.712,26	13.148,47	24,89%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	1.352,26	11.468,47	21,71%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	360,00	1.680,00	3,18%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	307,00	285,00	0,54%
2.7.1	Aquisição de Telefone/Cafeteira Expresso	307,00	285,00	0,54%
2.8	BENS DE CONSUMO	3.182,14	3.686,74	6,97%
2.8.1	Telefone	656,02	745,02	1,41%
2.8.2	Correios/Malotes	1.073,00	1.159,40	2,20%
2.8.3	Combustível	310,00	300,00	0,57%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	31,50	6,00	0,01%
2.8.5	Materiais Hidraulicos	30,39	-	0,00%
2.8.6	Refeições e Lanches	186,84	355,05	0,67%
2.8.7	Material de Expediente/Limpeza	143,91	591,79	1,12%
2.8.8	Assinatura Provedor/Internet	85,48	49,34	0,09%
2.8.9	Cartório(Cópias/Autenticações-Reg.da Ata de Posse/Balanço)	265,00	113,40	0,21%
2.8.10	Despesas com Eventos	-	366,74	0,69%
2.8.11	Materiais Eletricos	40,00	-	0,00%
2.8.12	Cartuchos e Toner de Tinta	360,00	-	0,00%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	1.273,94	68,07	0,13%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	17,39	68,07	0,13%
2.10.2	IRRF s/Aplicação Financeira	1.256,55	-	0,00%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		45.878,25	53.091,91	
RECEITAS		44.721,82	44.854,83	
DESPESAS		(37.508,16)	(52.820,03)	
RESULTADO OPERACIONAL		53.091,91	45.126,71	
Banco do Brasil S/A C/C		35.075,75	28.130,89	
Aplicação Banco do Brasil		151.607,00	152.765,88	
CAIXA		790,23	186,01	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		187.472,98	181.082,78	

espaço cultural

Estão abertas as inscrições para a mostra competitiva da “V Mostra Amazônica do Filme Etnográfico”, realizado pelo Núcleo de Antropologia Visual da Ufam (Navi). Podem concorrer filmes de cunho etnográfico produzidos a partir de 2007. O regulamento e a ficha de inscrição estão disponíveis no site www.navi.ufam.edu.br. As inscrições encerram no dia 5 de setembro. O festival será realizado de 21 a 27 de outubro, em local ainda a ser definido, e terá também uma Mostra Paralela de filmes do cineasta homenageado, o amazonense Aurélio Michiles. Além disso, a Mostra terá um mini-curso com a antropóloga e documentarista Junia Torres (MG), sobre a produção de documentários etnográficos, uma oficina com a documentarista Cláudia Mesquita, sobre a produção audiovisual e exposições fotográficas e o lançamento de livros.

20 anos

Museu Amazônico: um espaço para a diversidade

Divulgação/ Museu Amazônico

No ano em que completa 20 anos, o Museu Amazônico da Ufam dá continuidade e expande as atividades de pesquisa e extensão, consideradas como diferencial do espaço cultural. “Museu é um local para a educação não formal, para se ter acesso à memória da sociedade em que vivemos e, assim, desconstruirmos ‘pré-conceitos’”, ressalta o diretor, Sérgio Ivan Braga.

Segundo o professor, o Museu Amazônico recebe cerca de 20 mil visitantes por ano, mais da metade correspondem a participantes dos projetos paralelos do espaço. “Temos um total de 95 atividades que são desenvolvidas principalmente com alunos da rede pública de ensino”, explica Braga. Um deles é o “Fazendo Arte e Cultura no Museu”, com atividades realizadas quinzenalmente. Várias ações fazem parte do projeto, entre elas uma atividade onde duas pedagogas contam histórias infantis para os visitantes. Além disso, esporadicamente são realizadas oficinas, como, por exemplo, de maquiagem para teatro, além de apresentações de música e dança. “Também temos uma agenda semanal de visitação das escolas ao museu”, contou o diretor.

O museu também vai à escola por meio de projetos como “A Amazônia dos Viajantes”, que realiza palestras, exposições de filmes e mostras fotográficas sobre o tema em diversas escolas. O projeto também possui um programa semanal exibido pela TV Ufam. “Há 14 anos fazemos atividades nas escolas com a proposta de popularizar a ciência e desenvolver o interesse pelo museu”, ressalta Sérgio Ivan.



Além de manter dois salões para exposições ao longo do ano, o espaço conta com um calendário de atividades de integração, como o ‘Fazendo arte no Museu’

Entre os novos projetos está o “Pequeno Flanêur e intermediários culturais: cruzando narrativas e informações sobre o museu e a cidade”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas (Fapeam), que envolve quatro estudantes do ensino médio. Esses alunos recebem uma bolsa de iniciação científica júnior e são preparados para atuarem como uma espécie de guia do espaço, passando por treinamentos com técnicos do próprio museu e

Em 2011, o espaço localizado no centro de Manaus completa 20 anos

de instrutores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). “Eles são intermediadores da cultura, adquirem e repassam um conhecimento sobre o acervo e o próprio Centro Histórico de Manaus, além de aprenderem a lidar

com o público”, explica Braga.

Exposições

Nos últimos dois anos, o museu abriu mais um salão para exposições. No total, foram realizadas 28 mostras, sendo seis delas itinerantes, passando pelos municípios de Parintins, Manacapuru, Itacoatiara, Humaitá e bairros de Manaus. A próxima grande exposição será um intercâmbio com o Museu Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). “Vamos expor nosso acervo lá e o acervo da UFSC será exposto aqui no museu”, conta Braga. De acordo com ele, o projeto é vencedor do edital do Instituto Brasil Plural e será desenvolvido ao longo de 17 meses. “Acabamos de ser aprovados e ainda estamos esperando a liberação do recurso”, diz Sérgio Ivan. Mais informações pelo www.museuamazonico.ufam.edu.br.

Vale a pena ver



Tomzé Costa

DVD: Violento e Profano
Inglaterra, 1997.
Drama, 128 min.
Direção: Gary Oldman
Distribuição: Lume
Filmes

Violento e Profano. Não poderia haver título brasileiro melhor para expressar a trama desta pequena obra-prima do ator Gary Oldman por trás das câmeras. Há várias considerações possíveis sobre o filme, hoje. A primeira, é que considero obra-prima pelo tratamento cinematográfico que Oldman imprime ao drama familiar, que muitos atribuem como parcialmente autobiográfico. Também por ser sua única obra como diretor cinematográfico, como que a nos dizer “este é meu trabalho único de direção; basta”. Segunda, exatamente por ter vivenciado o drama de consumo de bebidas e drogas, Oldman consegue, no filme, promover algum tipo de exorcismo espiritual, já que dedica a obra a seu pai. Oldman viveu parcialmente isto. Terceira, o resgate que a distribuidora Lume faz hoje de filmes clássicos ou daqueles que não encontraram “respaldo econômico” nas grandes distribuidoras é de uma importância vital para os cinéfilos brasileiros. E ela é uma empresa localizada fora do eixo Rio-São Paulo; sua matriz é em São Luís, no Maranhão. Seja bem-vinda, Lume!

Mas, voltemos ao filme. A trama se passa em Londres (claro!), num apartamento suburbano estilo BNH, onde vivem Ray (Ray Winstone) e sua esposa Val (Kathy Burke), Billy (Charlie Creed Miles), irmão de Val, Janet (Laila Morse), sua mãe, e Angus (Jan Morrison), amigo de Ray. Todos fumam, bebem, cheiram ou injetam. Billy consome heroína na veia loucamente já com a ajuda da mãe, que não agüenta ver o filho enlouquecido sem a droga. Todo sinal de amor que vemos aqui é alguma coisa parecida como isto, já que viver é algo problemático. Ray é um alcoólatra que vive perambulando nos bares e boates, de aspecto brutal e desleixado. Ele é, talvez, o maior problema da família. A violência está em sua aparência de gangster familiar, pois, em determinado momento, após encher a cara, Ray irá descarregar toda sua ira sobre Val, que está grávida. É igualmente violenta a cena em que Val tenta explicar para a mãe que foi atropelada por um carro, justificando as marcas no corpo.

Quase tudo que transforma o filme numa obra-prima está no elenco escolhido por Oldman. Winstone dá a brutalidade e carência comoventes de Ray. Burke, como Val, é a imagem do sofrimento – com 30 anos, diz sentir-se velha. Miles, como Billy, parece ter saído de uma clínica de recuperação de drogados. Todos, nas mãos de Oldman, ajustam-se com perfeição aos personagens. O profano? Está justamente no fato de que a violência diária é produto do conflito que esses personagens vivem por essa coisa maluca que é o amor, ou a falta dele. Não é exatamente um filme agradável de ver, mas não resta dúvida de sua condição de obra-prima.

Tomzé Costa é jornalista e professor da Ufam; é responsável pela edição do Jornal da Adua.

Vale a pena ler



Susy Freitas

Livro: Notas do Subsolo
Autor: Fiodor Dostoiévski
Editora: L&PM
Nº de páginas: 160
Valor: R\$ 13,43

Algumas obras literárias demarcam o ponto a partir do qual a carreira de um escritor passa a ser verdadeiramente única para a literatura mundial. Notas do Subsolo é o livro que fez isso por Fiodor Dostoiévski. Não por acaso, os romances que se seguiram após esse livro foram “Crime e Castigo”, “Um Jogador”, “O Idiota” e “Os Irmãos Karamazov”.

Nesta obra, considerada por muitos o primei-

ro romance existencialista da história, o leitor acompanha a trajetória de um atormentado narrador sem nome, sobre o qual sabemos apenas ser um aposentado. Ao lembrar as desventuras de sua vida, o homem apresenta seu ponto de vista em relação à sociedade, política e moral da época, expondo também seus defeitos e virtudes de uma maneira tão ameaçadora quanto patética. O pequeno livro condensa em suas 160 páginas todo o estilo de Dostoiévski em relação ao formato e aos temas abordados: de um lado a ironia, o humor negro e a brutalidade; do outro, a submissão da personagem perante forças que fogem ao seu controle.

Apesar de a edição lançada pela L&PM não ser tão festejada como a da Editora 34, que tem a tradução e o posfácio de Boris Schnaiderman e um preço mais salgado, a tradução de Maria

Aparecida Soares não faz feio ao tentar preservar ao máximo a escrita do autor. O formato pocket book da L&PM também leva a melhor, uma vez que o livro não é muito extenso, além de apresentar um valor acessível.

Para se iniciar na literatura russa através de obras clássicas, Dostoiévski é um autor obrigatório. Antes de encarar a densidade de um “Crime e Castigo” ou dos livros que o seguiram, Notas do Subsolo é mais que um aperitivo perfeito; é também uma introdução ao âmago da condição humana que o escritor russo tanto explorou, seja na vida, seja na arte.

Susy Freitas é formada em Letras e Jornalismo pela Ufam; é mestrande do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação na Ufam; é estagiária da Adua.

internacional

Como Washington e seu bando marcham para o Coração da Eurásia, eles têm tentado manipular o Islã como uma ferramenta Geopolítica. Eles têm criado um caos político e social no processo. No decorrer do caminho eles têm tentado redefinir o Islã e subordiná-lo aos interesses do capital global inaugurando uma nova geração que se diz islâmica, em sua maioria, entre os próprios árabes. Esta é a posição do pesquisador Mahdi Darius Nazemroay, do CRG, neste artigo desafiador e crítico das investidas do imperialismo ocidental sobre o Oriente Médio. Confira!

O Islã como Ferramenta Geopolítica para Controlar o Oriente Médio

Mahdi Darius Nazemroaya

A Turquia em sua presente forma é apresentada como um modelo democrático a ser seguido pelas massas árabes rebeldes. É verdade que Ancara tem progredido se compararmos aos dias em que os Curdos eram proibidos de falar em público, mas a Turquia não é uma democracia funcional, ela se parece muito mais com uma “cleptocracia” com tendências fascistas.

Os militares continuam desempenhando um papel importante nos negócios governamentais e de Estado. O termo “Estado profundo” que denota um Estado dirigido secretamente do topo para baixo por incontáveis pessoas e organizações, de fato se originou na Turquia. Os direitos civis continuam a ser desrespeitados na Turquia e os candidatos a cargos públicos precisam passar por aprovação do aparato estatal e do grupo que o controla, o que serve para tentar filtrar qualquer um que queira ir contra o status quo.

A Turquia não tem sido apresentada como um modelo democrático para os árabes por suas qualidades. Ela é apresentada como um modelo político para os árabes por causa do seu projeto político e socioeconômico “bida” (inovação), que envolve a manipulação do Islã.

Embora seja muito popular, a Justiça Turca e o Partido do Desenvolvimento ou JDO (Adalet ve Kalkinma ou AKP) chegou ao poder em 2002 sem nenhuma oposição dos militares turcos e das cortes turcas. Antes de este partido chegar ao poder, a tolerância dos militares ao Islã político era muito baixa. O JDP/AKP foi fundado em 2001 e o tempo de sua fundação e sua vitória eleitoral em 2002 também estão amarrados ao objetivo de redesenhar o Sudoeste da Ásia e o Norte da África.

Este projeto de manipular e redefinir o Islã visa subordiná-lo aos interesses da dominante Ordem Mundial capitalista através de uma nova onda de “islamismo político” assim como o JDP/AKP. Uma nova corrente do Islã está se moldando no que vem a ser chamado de “Islã Calvinista” ou uma “Versão Muçulmana da Ética Protestante do Trabalho”. É este modelo que agora é alimentado na Turquia e que estão apresentando ao Egito e aos árabes por Washington e Bruxelas.

Este “Islã Calvinista” também não tem problemas com o “reba” ou sistema de juros, que é proibido pelo Islã. É este sistema que é utilizado para escravizar os indivíduos e sociedades com as correntes do débito ao capi-



talismo global. E é neste contexto que o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD) está clamando pelas supostas “reformas democráticas” no Mundo Árabe.

As famílias dominantes da Arábia Saudita e os Sheiks Árabes do Petróleo também são parceiros na escravização do Mundo Árabe através do débito. A este respeito o Qatar e os sheikados árabes do Golfo Pérsico estão em um processo de criação de um Banco de Desenvolvimento do Oriente Médio, banco que pretende dar empréstimos aos países árabes para apoiar sua “transição para a democracia”. A missão de promoção da democracia do Banco de Desenvolvimento do Oriente Médio é um tanto quanto irônica, pois os países que o formam são todos ditaduras convictas.

É esta subordinação do Islã ao capitalismo global que tem causado os atritos internos no Irã.

Abrindo a Porta para uma Nova Geração de Islâmicos

A esperança em Washington é a de que o “Islã Calvinista” se enraíze através de uma nova geração de islâmicos sob a bandeira dos novos Estados democráticos. Estes governos irão efetivamente escravizar os seus países colocando-os mais em dívidas e vendendo ativos nacionais.

Tel Aviv também irá possuir uma larga influência entre esses novos Estados. De braços dados com esse projeto, diferentes formas de nacionalismo etnolinguísticos e intolerância religiosa também vêm sendo promovidas para dividir a região. A Turquia também desempenha um importante papel, pois é um dos berços para essa nova geração de Islâmicos. A Arábia Saudita, por sua vez, desempenha seu papel apoiando a ala militante desses Islâmicos.

A Reestruturação de Washington no Tabuleiro Geoestratégico

Objetivar o Irã e a Síria também faz parte desta ampla estratégia de controlar a Eurásia. Os interesses chineses têm sido atacados em todos os locais do mapa global.

O Sudão foi balcanizado, e tanto o Sudão Norte como o Sudão Sul estão caminhando para o conflito. A Líbia foi atacada e está em vias de ser balcanizada. Estão pressionando a Síria para que se renda e entre na linha. Os EUA e

a Inglaterra estão integrando seus conselhos de segurança de modo comparável com os corpos Anglo-Americanos da Segunda Guerra Mundial.

O ato de focar o Paquistão também está ligado à neutralização do Irã e ao ataque aos interesses chineses, e qualquer futura união na Eurásia. Acerca disso, os EUA e a OTAN tem militarizado as águas ao redor do Iêmen. Ao mesmo tempo, na Europa Oriental, os EUA estão construindo fortificações na Polónia, na Bulgária e na Romênia, visando neutralizar a Rússia e os países da antiga União Soviética. Belarus e Ucrânia também foram postos sob pressão. Todos esses passos são parte de uma estratégia que visa sitiar a Eurásia e também controlar os recursos energéticos ou a afluência energética para a China. Da mesma forma, Cuba e Venezuela estão sob crescente ameaça. O laço militar está sendo apertado globalmente por Washington. Tais governos servirão para subordinar seus respectivos Estados. O Pentágono, a OTAN e Israel podem ainda selecionar algum destes novos governos para justificar novas guerras. Parece que os novos partidos islâmicos estão sendo formados e preparados pelos al-Sauds, com a ajuda da Turquia, para tomar o poder das capitais árabes.

É preciso mencionar que Norman Podhoretz, membro original do Project for a New American Century (PNAC), em 2008, sugeriu um cenário futuro apocalíptico em que Israel lança uma guerra nuclear contra o Irã, a Síria e o Egito entre outros países vizinhos. Isto pode incluir o Líbano e a Jordânia. Podhoretz descreveu uma Israel expansionista e também sugeriu que os israelenses poderiam ocupar militarmente as regiões petrolíferas do Golfo Pérsico.

O que por outro lado veio como singular

em 2008 foi a sugestão de Podhoretz - que foi influenciada pela análise estratégica do Center for Strategic and International Studies (CSIS) - de que Tel Aviv poderia lançar um ataque nuclear em seus leais aliados egípcios no poder, no Cairo de Mubarak. Apesar do fato do antigo regime ainda persistir, não é mais Mubarak quem está no poder. Os militares egípcios continuam dando ordens, mas os islâmicos podem chegar ao poder. Isto está ocorrendo apesar de o Islã continuar a ser demonizado pelos EUA e pela maioria dos aliados da OTAN.

Futuro Desconhecido: O que vem Depois?

Os Estados Unidos, a União Européia e Israel estão tentando utilizar os protestos no mundo Turco-Árabe-Iraniano para promover os seus próprios objetivos, incluindo a guerra na Líbia e o apoio à insurreição islâmica na Síria. Juntamente com os al-Sauds, eles estão tentando difundir a “fitna” ou a divisão entre os povos do Sudoeste da Ásia e os do Norte da África. A estratégia Khaligi-Israelense, formada por Tel Aviv e as famílias árabes dominantes no Golfo Pérsico, é crucial para isso.

No Egito, as revoltas sociais estão longe de terminar e as pessoas estão se tornando mais radicais. Isto está resultando em concessões por parte da Junta Militar no Cairo. Os movimentos de protesto estão agora direcionando as críticas ao relacionamento entre a Junta Militar e Israel. Na Tunísia os movimentos sociais também estão caminhando para a radicalização.

Washington e seu bando estão brincando com fogo. Eles podem pensar que este período de caos lhes apresente uma ótima oportunidade para confrontar o Irã e a Síria. A confusão que vem se estabelecendo no mundo Turco-Árabe-Iraniano terá resultados imprevisíveis. A resistência popular no Barein e no Iêmen às ameaças de crescimento da violência infringida pelo Estado indicam que a articulação dos movimentos de protesto anti-EUA e anti-Sionista está mais coesa.

Mahdi Darius Nazemroaya é especialista em Oriente Médio e Ásia Central. É pesquisador Associado ao Centre for Research on Globalization (CRG). (publicado originalmente no Global Research em 02.07.2011; traduzido por E.R. Saracino para o portal anticapitalista Diário Liberdade)